



Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A.

CNPJ: 60.437.929/0001-04



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO/COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

Destaques

• Foram investidos R\$ 246,4 milhões em 2025; • Início da operação das 14 bases operacionais em apenas 3 meses de assunção da rodovia; • Em 2025 após a assinatura do Termo de Arrolamento de bens, foram realizadas intervenções ao longo da rodovia cumprindo requisitos de segurança viária e conforto aos usuários, sendo os mais relevantes: 159 Km faixa de asfalto recuperados, 55 mil toneladas de massa asfáltica utilizadas, Mais de 3.800 novas placas de sinalização instaladas, 16,5 mil m2 de área roçada e limpa, 315 mil m2 de sinalização horizontal executada, 6 mil mt de defensas metálicas instaladas.

Relatório da administração

1. Sobre a Concessionária: 1.1 Aos Aclonistas: A Administração da Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A. ("Companhia") apresenta as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelos órgão reguladores competentes, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. 1.2. Apresentação: A Concessionária é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com

as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Pinheiro Machado, 2.165 – São Cristóvão, Porto Velho, Estado de Rondônia. A Concessionária tem por objeto exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e a prestação de serviços públicos rodoviários, compreendendo a elaboração de projetos, construção, operação, manutenção e implantação de melhorias da rodovia BR-364, no trecho compreendido entre Porto Velho/RO e Vilhena/RO, com extensão aproximada de 686 km, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/2024, celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em decorrência do Edital de Concessão nº 06/2024. A Companhia foi constituída em 16 de abril de 2025 sendo que o Contrato do Edital de Concessão nº 06/2024 foi firmado entre a ANTT e a Companhia em 21 de julho de 2025 e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens foi celebrado em 21 de agosto de 2025. A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio nas praças de pedágio implantadas ao longo da rodovia BR-364, conforme previsto no contrato de concessão e no Programa de Exploração da Rodovia. A cobrança das tarifas de pedágio teve início em 12 de janeiro de 2026, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais". Dessa forma, não houve arrecadação de receitas de pedágio durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As tarifas poderão ser reajustadas anualmente, conforme previsto contratualmente, tendo como data-base de reajuste o mês definido no contrato de concessão.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025
Caixa e equivalentes de caixa	6	243.269
Impostos a recuperar		2.947
Adiantamentos a fornecedor	7 e 8	17.386
Outros créditos		3.302
Total do ativo circulante		266.904
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	7.620
Impostos a recuperar		2.603
Outros créditos		288
Total do realizável a longo prazo		10.511
Imobilizado	10	3.235
Intangível	11	44.505
Intangível em andamento		197.599
		245.339
Total do ativo não circulante		255.850
Total do ativo		522.754

Passivo	Nota	2025
Fornecedores	12	35.570
Obrigações trabalhistas e sociais	13	4.263
Impostos a recolher	14	4.986
Total do passivo circulante		44.819
Passivo não circulante		
Total do passivo não circulante		-
Total do passivo		44.819
Patrimônio líquido	15	
Capital social		497.805
Prejuízos acumulados		(19.870)
Total do patrimônio líquido		477.935

Total do passivo e patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício		(19.870)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	10 e 11	1.081
Resultado financeiro líquido	18	(12.336)
Imposto de renda e contribuição social		(12.826)
		(43.951)

Varição nos ativos e passivos (Aumento) / Diminuição dos ativos		
Adiantamentos	(17.386)	
Imposto a recuperar	(2.947)	
Outros créditos	1.126	

Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores	35.570	
Salários e encargos sociais	4.263	
Impostos a pagar	4.986	
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais		(3.400)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizados	10	(3.373)
Aquisições de ativos intangíveis	11	(232.824)
Fluxos de caixa usado nas atividades de investimentos		(251.136)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento/Integralização Capital Social	15	497.805
Fluxos de caixa gerado pelas atividades de financiamento		497.805

Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		243.269
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		243.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

financeiro: O exercício de 2025 correspondeu ao primeiro período de implantação e estruturação operacional da concessão, não havendo ainda geração de receitas provenientes da cobrança de pedágio, cuja arrecadação teve início em janeiro de 2026. Adicionalmente, a Companhia reconheceu receitas relacionadas à execução de obras de infraestrutura da concessão, conforme previsto nas normas aplicáveis aos contratos de concessão. A Administração acompanha continuamente os indicadores operacionais e financeiros da Companhia, com o objetivo de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e o cumprimento das obrigações contratuais. 2.3 Governança e Gestão: A Companhia mantém práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas de mercado, com foco na transparência, na gestão responsável dos recursos e no cumprimento das obrigações regulatórias e contratuais. A Administração permanece comprometida com a execução do plano de investimentos da concessão e com a prestação de serviços de qualidade aos usuários da rodovia. 2.4 Considerações Finais: 2.4.1 Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025
Receitas		243.047
Receitas relativas à construção de ativos próprios		243.047
Insumos adquiridos de terceiros		(273.230)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	17	(246.654)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	17	(26.380)
Outras Despesas Operacionais		(196)
Valor adicionado bruto		(30.183)
Depreciação e amortização		(1.081)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade		(29.102)
Valor adicionado recebido em transferência		14.940
Receitas financeiras	18	14.940
Valor adicionado total a distribuir		(14.162)
Distribuição do valor adicionado		14.162
Pessoal		(12.796)
Remuneração direta		(8.645)
Benefícios		(3.665)
F.G.T.S.		(486)
Impostos, taxas e contribuições		7.849
Federais		8.061
Estaduais		(212)
Municipais		-
Remuneração de capitais de terceiros		(761)
Juros		(761)
Remuneração de capitais próprios		19.870
Prejuízo do período		19.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

A Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Pinheiro Machado, nº 2165, bairro São Cristóvão, CEP 76804-047, Porto Velho, Estado de Rondônia. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2055, a exploração da infraestrutura e a prestação de serviços públicos rodoviários da BR-364, no trecho localizado no Estado de Rondônia, compreendido entre os municípios de Porto Velho/RO e Vilhena/RO, com extensão aproximada de 686 km. Nos termos do Contrato de Concessão nº 06/2024, celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em 21 de agosto de 2025, decorrente do Edital de Concessão nº 06/2024, a Companhia é responsável pela administração do sistema rodoviário concedido, compreendendo a execução das atividades de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia. A Companhia foi constituída em 16 de abril de 2025 e, ao longo do exercício de 2025, concentrou suas atividades na estruturação operacional da concessionária e na execução dos trabalhos iniciais previstos no contrato de concessão, incluindo mobilização de equipes, implantação de estruturas operacionais, serviços iniciais de recuperação e conservação da rodovia e preparação para o início da operação plena da concessão. Em dezembro de 2025 foram cumpridas as condições precedentes estabelecidas pela ANTT para autorização do início da cobrança antecipada de pedágio. Dessa forma, a Concessionária passou a estar apta a iniciar a arrecadação a partir de 12 de janeiro de 2026, conforme previsão contratual. Esse evento caracteriza-se como evento subsequente às demonstrações financeiras, com potencial incremento da receita operacional originalmente estimada pela Companhia. As tarifas de pedágio poderão ser reajustadas anualmente, conforme previsto no contrato de concessão e regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato: Ao final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos contratuais. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Nessa hipótese, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados até decisão judicial transitada em julgado.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2. Declaração de conformidade (com relação às normas contábeis internacionais IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC),

aprovados pelos órgão reguladores competentes, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão devidamente divulgadas e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. b. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores apresentados nessas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração, sendo eventuais revisões reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em exercícios futuros afetados. As informações sobre as principais incertezas relacionadas a premissas e estimativas que apresentam risco significativo de resultar em ajustes materiais nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 9 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados; • Nota 11 – Amortização dos ativos intangíveis: método linear; • Nota 20 – Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas utilizadas para mensuração com base em dados observáveis de mercado.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1 Receitas de contratos com clientes: A Companhia reconhece receitas em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, que estabelece um modelo de cinco etapas para o reconhecimento de receitas: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho. As receitas de pedágio são reconhecidas no momento da utilização da rodovia pelos usuários. As receitas acessórias são reconhecidas quando os serviços correspondentes são efetivamente prestados. De acordo com a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, são reconhecidas receitas e custos de construção correspondentes determinados com base no estágio de execução física das obras, normalmente alinhado às medições dos serviços realizados. Assim, as receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando ocorre a utilização da infraestrutura pelos usuários ou quando os serviços são prestados. As tarifas de pedágio são estabelecidas no contrato de concessão e estão sujeitas a reajustes periódicos conforme previsto contratualmente. A receita não é reconhecida quando existir incerteza significativa quanto à sua realização. 3.2 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Adicionalmente, para fins de classificação, a Companhia considera as saídas de recursos previstas para

os próximos três meses a partir da data da avaliação. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras correspondem aos demais investimentos financeiros que não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa. 3.3 Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo dos ativos imobilizados compreende os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou construção, incluindo custos com materiais, mão de obra direta e quaisquer outros custos necessários para colocar o ativo em local e condição de funcionamento. Para ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados, quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado possuem vidas úteis diferentes, elas são contabilizadas como componentes individualizados. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Companhia e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. Os demais gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas na alienação de itens do imobilizado, apurados pela diferença entre o valor da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado em outras receitas ou despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como ativo, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados a esse componente fluam para a Companhia e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente substituído é baixado. Os custos de manutenção rotineira são reconhecidos no resultado quando incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas consideradas apropriáveis com a vida útil econômica dos bens e/ou com o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativa contábil. 3.4 Ativos intangíveis: A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • direito de exploração da infraestrutura, conforme descrito na nota 3.12. Os ativos relacionados a sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada com base em sua vida útil estimada. Nos termos do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Companhia reconhece como ativo intangível o direito de explorar a infraestrutura concedida, sendo este ativo registrado pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços de construção ou melhoria. Os custos de construção da infraestrutura são reconhecidos no resultado ao longo da execução das obras, em contrapartida ao reconhecimento do ativo intangível. A Companhia estimou a eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo do prazo da concessão e avaliados quanto à existência de indicadores de perda no valor recuperável, conforme ICPC 01. Caso tais indicativos existam, a Companhia realizará testes de recuperabilidade. 3.5 Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui obrigação legal ou não formalizada como resultado de evento passado, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para liquidar a obrigação, utilizando taxa de desconto antes dos tributos que reflete as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo. Os efeitos financeiros decorrentes da atualização dessas provisões são reconhecidos no resultado. 1.1 Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos, regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de

concessão: A Companhia monitora de forma preventiva e regular o ambiente regulatório com o objetivo de identificar a existência de processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens relacionados ao contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios constituem instrumentos formais de interação entre a Companhia e o Poder Concedente para discussão de temas relacionados à execução do contrato de concessão, abrangendo, entre outros, assuntos que podem afetar a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A Companhia informa que não há processos com probabilidade de perda provável e possível na data-base de 31 de dezembro de 2025. Esses processos podem ser iniciados por qualquer das partes e envolvem a análise e discussão de aspectos técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos relacionados à dinâmica da concessão. Durante sua tramitação, podem ser apresentadas posições preliminares ou não definitivas acerca das pretensões de cada parte. As decisões administrativas são proferidas em conformidade com a legislação aplicável e com os termos do contrato de concessão, podendo, em determinados casos, ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As discussões contratuais tipicamente envolvem, entre outros temas, reajustes tarifários, eventos de força maior, alterações no cronograma ou no escopo das obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento de requisitos contratuais específicos ou ainda sobre a forma de sua mensuração. A mensuração dos impactos financeiros decorrentes desses processos envolve incertezas relevantes, decorrentes, entre outros fatores: (i) das diferentes interpretações das partes sobre os temas em discussão; (ii) de negociações e de seus desdobramentos ao longo do tempo; (iii) da complexidade técnica envolvida na quantificação de determinados pleitos, que frequentemente demandam perícias especializadas; (iv) da possibilidade de que diferentes temas sejam analisados e solucionados de forma conjunta; e (v) da forma de liquidação eventualmente estabelecida. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão pode ocorrer por diferentes mecanismos, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa; (ii) extensão ou redução do prazo da concessão; (iii) alteração nos compromissos de investimentos futuros; ou (iv) aumento ou redução da tarifa de pedágio. Reequilíbrios concedidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos contabilmente à medida que os serviços são prestados pela concessionária. Da mesma forma, reequilíbrios que impliquem redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, por se tratarem de contratos executórios, são reconhecidos quando da execução das obras de melhoria da infraestrutura. 3.6 Receitas despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem substancialmente, os rendimentos sobre aplicações financeiras, os efeitos de mensuração a valor justo de instrumentos financeiros ativos e as variações monetárias ativas sobre instrumentos financeiros passivos, quando aplicável. As despesas financeiras compreendem substancialmente, juros sobre passivos financeiros, variações monetárias passivas, atualização a valor presente de provisões e os efeitos de mensuração de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa de juros efetiva. 3.7 Benefícios empregados: Benefícios de curto prazo a empregados: As obrigações relativas a benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas com base não descontada e reconhecidas como despesa à medida que o serviço correspondente é prestado. 3.8 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas vigentes de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, para imposto de renda, e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social,



Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A.

CNPJ: 60.437.929/0001-04



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente corresponde ao valor a pagar ou a recuperar sobre o lucro tributável do exercício, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas vigentes ou substantivamente vigentes na data do balanço. Na mensuração do imposto corrente e diferido, a Companhia considera os impactos de incertezas relacionadas às posições fiscais adotadas. A Administração entende que a provisão registrada para tributos sobre o lucro é adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto, com base em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretação da legislação tributária e experiência anterior. Essa avaliação envolve estimativas e premissas que podem resultar em alterações futuras nos montantes reconhecidos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe direito legalmente executável de compensar ativos e passivos fiscais correntes, e quando se referem a tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. Ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser utilizados, observando-se o limite legal de compensação. A recuperação dos ativos fiscais diferidos é suportada por estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que considera premissas de desempenho operacional futuro, crescimento de receita, volume de tráfego, índices de inflação e demais condições econômicas e de mercado. O imposto diferido não é reconhecido sobre diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não configurem combinação de negócios e que não afetem o lucro contábil nem o lucro tributável. **3.9 Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração inicial:** Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro. Um ativo financeiro (exceto contas a receber sem componente significativo de financiamento) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido ou deduzido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente pelo preço da transação. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, especialmente contas a receber decorrentes da arrecadação de pedágio eletrônico (free flow) e demais créditos operacionais. A mensuração das perdas de crédito esperadas é realizada em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9), utilizando-se a abordagem simplificada para contas a receber de clientes, com reconhecimento de perdas de crédito esperadas ao longo da vida do ativo financeiro. A Companhia avalia os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (SPPI test). Essa avaliação inclui a análise de cláusulas contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, tais como: • eventos contingentes que possam modificar os fluxos de caixa; • cláusulas que ajustem taxas contratuais, incluindo taxas variáveis; • cláusulas de pré-pagamento ou extensão de prazo. O pré-pagamento é considerado consistente com o critério de pagamentos de principal e juros quando o valor pago representa substancialmente os valores de principal e juros contratuais ainda não pagos, podendo incluir compensação razoável por rescisão antecipada. Adicionalmente, no caso de ativos financeiros adquiridos por valor diferente do valor nominal do contrato, a possibilidade ou exigência de pré-pagamento por valor equivalente ao valor nominal acrescido de juros contratuais acumulados é considerada consistente com esse critério, desde que o valor justo do pré-pagamento seja insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment, quando aplicável. As receitas de juros, os ganhos e perdas cambiais e as perdas por impairment são reconhecidos no resultado. Quaisquer ganhos ou perdas no desreconhecimento desses ativos também são reconhecidos no resultado. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo receitas de juros e dividendos, quando aplicável, é reconhecido no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa de um ativo financeiro em transação na qual: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, adicionalmente, não mantém o controle sobre esse ativo. A Companhia pode realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas retém substancialmente todos os riscos e benefícios desses ativos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos contratuais são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesses casos, um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga, incluindo quaisquer ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado. **Compensação:** Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.10 Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante ajuste do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada de ações ordinárias em circulação pelos efeitos de potenciais ações ordinárias diluidoras, quando aplicável. **3.11 Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 (R1) / IFRIC 12):** A infraestrutura abrangida pela ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão não é reconhecida como ativo imobilizado da concessionária, uma vez que o contrato de concessão não transfere a propriedade da infraestrutura à Companhia, mas apenas o direito de exploração para prestação de serviços públicos, sendo os bens reversíveis devolvidos ao Poder Concedente ao término da concessão. Nos termos desses contratos, a concessionária atua como prestadora de serviços, realizando obras de construção ou melhoria da infraestrutura e, posteriormente, operando e mantendo essa infraestrutura durante o prazo da concessão. Quando a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber é reconhecida pelo valor justo e pode assumir a forma de ativo intangível, ativo financeiro ou ambos. A Companhia reconhece um ativo intangível na medida em que recebe o direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura concedida. Caso a remuneração pelos serviços de construção seja composta parcialmente por ativo financeiro e parcialmente por ativo intangível, cada componente é reconhecido individualmente, com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O direito de exploração da infraestrutura decorre dos dispêndios incorridos na construção de obras de melhoria, em troca do direito de cobrar os usuários da infraestrutura ao longo do prazo da concessão.

Esse direito é composto pelo custo de construção, acrescido, quando aplicável, dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis. A Companhia entende que eventual margem de construção líquida de tributos é imaterial, razão pela qual a considera equivalente a zero. Dispêndios com obras de melhoria que não gerem benefícios econômicos futuros são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Em razão de os contratos de concessão serem executórios, as obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente à medida de sua execução física. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do prazo da concessão. **3.12 Informação por segmento:** A Companhia atua exclusivamente na exploração de concessão pública de rodovia, que representa seu único segmento operacional e a forma pela qual a Administração monitora o desempenho e aloca recursos. A área geográfica da concessão está localizada no Estado de Rondônia, e as receitas da Companhia decorrem, principalmente, da cobrança de tarifas de pedágio dos usuários da rodovia concedida, bem como de receitas acessórias relacionadas à exploração da infraestrutura. Nenhum cliente individual representa mais de 10% da receita total da Companhia. **3.13 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para determinadas entidades. Para fins de IFRS, a DVA representa informação complementar. **3.14 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas e alterações de normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substituirá a IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A norma introduz novos requisitos para apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, incluindo a definição de novos subtítulos obrigatórios na demonstração do resultado, maior desagregação de informações e requisitos aprimorados de divulgação relacionados à performance financeira. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da adoção dessa norma e, até o momento, não identificou efeitos relevantes que possam impactar de forma significativa suas demonstrações financeiras. **b) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações à IFRS 9 e IFRS 7):** As alterações introduzem esclarecimentos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como novos requisitos de divulgação, especialmente no que se refere à avaliação de características contratuais dos fluxos de caixa e à transparência das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras. As alterações serão efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da aplicação dessas alterações em suas demonstrações financeiras. **4 Determinação dos valores justos** Políticas contábeis da Companhia baseadas nas normas contábeis vigentes requerem a determinação do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros apurados para fins de divulgação. Quando aplicável as informações relativas ao valor justo serão incluídas nas notas explicativas específicas relacionadas a cada ativo ou passivo. **a. Caixa e bancos:** O valor justo desses ativos financeiros é equivalente ao seu valor contábil, em razão de sua elevada liquidez e dos prazos curtos de vencimento. **b. Aplicações financeiras:** O valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é determinado com base nos preços de mercado observáveis, geralmente correspondentes às cotações de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. **c. Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo utilizado para fins de divulgação é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas de desconto utilizadas são obtidas a partir de fontes de mercado observáveis, tais como B3 e Bloomberg. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5 Gerenciamento de riscos financeiros** **5.1 Visão Geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito, (b) Risco de taxas de juros e inflação; e (c) Risco financeiro e liquidez. A seguir são apresentadas informações sobre a exposição da Companhia a cada um desses riscos, bem como os objetivos, políticas e processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Divulgações quantitativas adicionais são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras. **a. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras nas quais são mantidos depósitos ou aplicações financeiras. No caso de aplicações financeiras, a Companhia realiza operações apenas com instituições financeiras conforme política vigente e nota explicativa nº 19, avaliadas por agências de classificação de risco (rating). Adicionalmente, a Companhia pode apresentar concentração de risco de crédito em relação a determinadas contrapartes institucionais, tais como o Poder Concedente, conforme aplicável. Informações adicionais podem ser obtidas nas notas explicativas nº 6, 7, 9 e 19. **b. Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9 e 19. **c. Risco financeiro e liquidez:** O risco de liquidez corresponde ao risco

de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados mediante pagamento em caixa ou mediante entrega de outros ativos financeiros. A gestão de liquidez da Companhia é realizada por meio do monitoramento contínuo de suas necessidades de caixa e do acompanhamento de seus níveis de endividamento, considerando os padrões de mercado e o cumprimento de índices financeiros (covenants), quando aplicável. A Administração entende que a Companhia possui capacidade para honrar suas obrigações financeiras e manter a continuidade operacional de suas atividades em condições normais de mercado. Informações adicionais sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos estão divulgadas nas respectivas notas explicativas. **6 Caixa e equivalentes de caixa**

	2025
Bancos conta movimento	4
	127.862
	4

Aplicações Financeiras

	2025
Modalidade	
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	115.403
Compromissada	127.862
	243.265
	243.269

Total

Circulante	243.269
Não circulante	-

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 99,09% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2025.

7 Adiantamentos a fornecedor

	2025
Adiantamento a fornecedor terceiros	7.986
Adiantamento a fornecedor partes relacionadas	9.400
	17.386

8 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e incluem salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2025, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 2.175. **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2025
Ativo circulante	
Adiantamento a fornecedores	
Consorcio Construtor BR-364 (nota explicativa nº 7)	9.400
	9.400

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025
Ativo	10.223
Provisão para participação nos resultados (PLR)	667
Prejuízos Fiscais	7.619
Provisão para fornecedores	1.937
Imposto diferido líquido	10.223

Movimentação do imposto diferido

Saldo no início do exercício	-
Reconhecimento no resultado	(10.223)
Saldo no final do exercício	(10.223)

10 Imobilizado

	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos de Informática	Total
Custo					
Taxa (%) média anual	10	20	10	10	
Saldo em 1º de janeiro de 2025	-	-	-	-	-
Adições	1.342	-	1.565	520	3.429
Baixas	(56)	-	-	-	(56)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.286	2	1.565	520	3.373

Depreciação

	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos de Informática	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	-	-	-	-	-
Despesas de depreciação	(18)	-	(104)	(16)	(138)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(18)	-	(104)	(16)	(138)
Saldo Líquido	1.268	2	1.461	504	3.235

11 Intangível e Infraestrutura em construção

	Serviços especializados	Equipamentos e veículos (a)	Obras Civis	Total do Intangível	Infraestrutura em construção	Total
Custos						
Taxa (%) média anual	3,2%	3,8%	3,2%	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-
Adições	10.979	24.378	10.091	45.448	197.599	243.047
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.979	24.378	10.091	45.448	197.599	243.047

Amortização

	Serviços especializados	Equipamentos e veículos (a)	Obras Civis	Total do Intangível	Infraestrutura em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-
Despesas de depreciação	-	(943)	-	(943)	-	(943)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(943)	-	(943)	-	(943)
Saldo Líquido em 31 de dezembro de 2025	10.979	23.435	10.091	44.505	197.599	242.103

(a) Equipamentos e veículos: referem-se a bens reversíveis vinculados à operação da concessão, incluindo veículos e equipamentos utilizados nas atividades operacionais, os quais, nos termos do contrato de concessão, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo contratual. Tais ativos são reconhecidos como parte do ativo intangível, conforme ICPC 01 (R1). Esses ativos não conferem à Companhia o direito de controle econômico residual ao final da concessão, estando integralmente vinculados à prestação dos serviços concedidos. (b) Método linear de amortização: os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. A Companhia adotou o método linear por entender que este representa de forma adequada o padrão de consumo dos benefícios econômicos dos ativos, considerando a natureza de suas operações e a utilização contínua da infraestrutura ao longo do prazo da concessão.

12 Fornecedores

	2025
Fornecedores de materiais e serviços (a)	29.803
Cauções e retenções contratuais (b)	5.767
Total	35.570

Circulante 35.570

Não circulante -

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13 Obrigações sociais e trabalhistas

	2025
Salários e encargos	2.303
Participação nos lucros e resultados	1.960
Total	4.263

14 Impostos a recolher

	2025
ISS a recolher	2.308
PIS/COFINS/CSLL a recolher	585
INSS a recolher	1.668
IRRF a recolher	425
Total	4.986

15 Patrimônio líquido

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado é de R\$ 497.805, totalmente integralizados. Em 25 de março de 2025, foi aprovado a constituição da Companhia mediante subscrição e integralização de 1.000 ações ordinárias nominativas ao preço de emissão de R\$ 1, todas nominativas e sem valor nominal, pelos acionistas 4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I ("4UM") e pelo acionista Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, posteriormente denominado Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (FIP Opportunity), no montante de e R\$ 1 (Hum mil reais). Em 15 de maio de 2025, os acionistas aumentaram e integralizaram o capital social da Companhia em R\$ 14.000, mediante a emissão de 14.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social para R\$ 14.001, divididos em 14.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 02 de junho de 2025, os acionistas aumentaram o capital social em R\$ 480.772, mediante a emissão de 480.772.492 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 20 de junho de 2025, os acionistas integralizaram o montante de R\$116.693 cada um. Em 19 de novembro de 2025, o acionista 4UM integralizou a quantia de R\$75.000 e em 21 de novembro de 2025 o acionista FIP Opportunity integralizou a quantia de R\$75.000. Em 01 de dezembro de 2025, os acionistas integralizaram a quantia de R\$48.693 cada um. Em 01 de dezembro de 2025 os acionistas aumentaram o capital em R\$ 3.031, mediante a emissão de 3.031.070 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social para R\$ 497.805, divididos em 497.804.562 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão fixado no valor de R\$ 1,00 (um real). Na mesma data os acionistas integralizaram a quantia de R\$1.515 cada um.

	2025	%	Qtde. de ações
4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I	50%	248.902.281	
Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada	50%	248.902.281	
	100%	497.804.562	

16 Receita operacional líquida

	2025
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	243.047
Total receita bruta	243.047

17 Custos e despesas por natureza

	2025
Pessoal	12.796
Serviços de terceiros	13.401
Materiais, equipamentos e veículos	6.611
Amortização e depreciação	1.081
Custos de construção e infraestrutura	243.047
Verba de fiscalização	3.818
Propaganda e publicidade	576
Despesas indevidáveis	5.725
Energia elétrica	67
Outros	90
Total	287.212

Custos dos serviços prestados 243.047

Despesas administrativas e gerais 44.165

18 Resultado financeiro

	2025
Receitas financeiras	14.940
Rendimento sobre aplicações financeiras	14.939
Outras receitas financeiras	1
Despesas financeiras	(761)
Pis s/ Receita Financeira	(97)
Cofins S/ Receita Financeira	(598)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(13)
Outras despesas financeiras	(53)
Resultado financeiro líquido	14.179

19 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está apresentada como segue:

	2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(19.870)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	6.756
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6.756
Impostos correntes	-
Impostos diferidos	10.223
Alíquota efetiva de impostos	34%

20 Instrumentos financeiros

Visão Geral : A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos financeiros e os gestores de cada área reportam regularmente à Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e



Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A.

CNPJ: 60.437.929/0001-04



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

procedimentos internos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. A classificação do risco de crédito das Contrapartes deverá ser realizada por agência especializada, com base em rating local de longo prazo. Serão aceitas apenas como Contrapartes as instituições financeiras e os emissores de títulos e valores mobiliários classificados com rating "AAA", de acordo com a tabela de ratings estabelecida na política da Companhia, a seguir:

Agência Classificadora	Rating	de baixo risco de crédito (escala local)
Fitch Rating		AAA (bra)
Moody's Investor		Aaa.br
Standard & Poor's		brAAA

Definição de rating adotado: Caso duas das agências classificadoras admitidas classifiquem o mesmo papel ou emissor, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating. No caso de não haver rating local para essas instituições, deve-se observar o *Long Term Rating* da matriz, que deve ser no mínimo *Investment Grade*. **Crítérios das Contrapartes:** A Companhia somente poderá se expor a Contrapartes classificadas com rating AAA, observados o patrimônio líquido mínimo exigido, o limite de volume por contraparte e o limite máximo da soma de exposições por faixa de patrimônio líquido, conforme estabelecido na tabela abaixo:

Rating	(i) Patrimônio Líquido Mínimo da Contraparte	(ii) Limite Volume por Contraparte	(iii) % Máximo da Soma de Exposição por Faixa de Patrimônio Líquido
	≥ R\$ 20 bilhões	25%	100%
AAA	≥ R\$ 10 bilhões e < R\$ 20 bilhões	10%	50%
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:			
			2025
Bancos conta movimento			4
Aplicações financeiras			243.265
			243.269

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros

que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

	Valor Contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses
Passivos			
Fornecedores	35.570	35.570	35.570
	35.570	35.570	35.570

Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures e outras contas a pagar. Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

Instrumentos de taxa variável		2025
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras		243.265
A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Uma operação de 25% e 50% nas taxas de juros na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o resultado conforme demonstrado abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permaneceriam constantes. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:		

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A.
Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Reconhecimento de custos capitalizados com construção e infraestrutura
Vejas as Notas Explicativas 3.10 e 17 das demonstrações financeiras
Principal assunto de auditoria
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu adições no montante de R\$243.047 mil referente a construção e infraestrutura que estão sendo realizadas na rodovia sob concessão.
Conforme ICPC 01 (R1)/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações de infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesa quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita.
Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil aplicada que podem ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, nas adições de construção e infraestrutura, que compreenderam:

(i) inspeção de ordens de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) inspeção das medições de andamento das obras. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios de reconhecimento estabelecidos nos contratos de concessão; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as

	Classificação por categoria	Valor contábil	Valor justo
Ativo		31/12/2025	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	243.269	243.269
Total		243.269	243.269

Passivo			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	35.570	35.570
Total		35.570	35.570

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.

21 Compromissos vinculados ao contrato de concessão
Conforme cláusula 12. Recursos Vinculados do Contrato de Concessão da Companhia, os recursos vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: • Compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo; • Compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda; • Compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequenter; • Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; • Atenuação dos impactos de Reclassificação Tarifária, em caso de saldo relevante de Recursos Vinculados; • Pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão; e • Realização de ações voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao meio ambiente e à responsabilidade social, além daquelas estabelecidas explicitamente neste Contrato, e em conformidade com a regulamentação da ANTT. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 2% (dois por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o Prazo da Concessão, podendo ser ajustado em razão da aplicação dos mecanismos contratuais e dos fatores de reequilíbrio, na forma prevista no Contrato. A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento da verba de fiscalização, num montante anual de R\$ 9.691.205,77 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil, duzentos e cinco reais e setenta e sete centavos), a ser atualizado pelo IRT periodicamente. O contrato de concessão prevê valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R\$ 10,23 Bi, em valores históricos firmados na data da assinatura do contrato de concessão.

22 Eventos Subsequentes

O início da cobrança de pedágio por meio do sistema de livre passagem (free flow) ocorreu em 12 de janeiro de 2026, conforme autorizado pela Deliberação nº 517, de 30 de dezembro de 2025, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), após a verificação, pela Agência Reguladora, do cumprimento das etapas iniciais previstas no Contrato de Concessão para o início da arrecadação tarifária. A referida deliberação autorizou o início da operação do modelo de cobrança eletrônica sem barreiras físicas no trecho concedido. Posteriormente, no âmbito de Ação Civil Pública proposta pela Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja), foi proferida decisão liminar em primeira instância determinando a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio, o que resultou na interrupção temporária da arrecadação no período compreendido entre 29 de janeiro de 2026 e 11 de fevereiro de 2026. Na sequência, a medida liminar foi suspensa por decisão proferida em segunda instância, a qual, ao apreciar o recurso interposto, reconheceu a legitimidade da autorização regulatória concedida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a inexistência de elementos que justificassem a manutenção da suspensão da cobrança tarifária. A decisão destacou, ainda, que a implantação do sistema de cobrança eletrônica ocorreu em conformidade com o marco regulatório aplicável, com as disposições contratuais da concessão e com os atos autorizativos expedidos pelo Poder Concedente, restabelecendo, assim, a plena eficácia da Deliberação nº 517/2025 e a regularidade da continuidade da arrecadação por meio do sistema free flow. Em razão dessa decisão, a cobrança do pedágio pelo sistema free flow foi retomada em 12 de fevereiro de 2026, restabelecendo-se integralmente a operação do modelo de cobrança eletrônica nos termos da regulamentação vigente e das disposições contratuais aplicáveis.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Silva Marvão - Presidente
Genilson Mello - Membro
Daniel Nobrega - Membro

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Wagner Nunes Martins Junior - Diretor Financeiro
Danielle Agrizzi Vida - Diretora Financeira

CONTADOR

Moacir Pereira da Silva Neto
Contador - CRC SP 263408/O

demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-MG
Poliana Silveira Rodrigues - Contadora CRC MG-089473/O-0